



# Fortaleza

PREFEITURA

## Desenvolvimento Habitacional

### ATA

#### Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação Popular Fortaleza

Aos 21 (Vinte e Um) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09:00 o secretário Adail Fontenele realiza primeira chamada para a sessão do Conselho Municipal de Habitação Popular (COMHAP) se apresentando e apresentando seu suplente da Habitafor, Filomeno Abreu, na qualidade de presidente do COMHAP, com as seguintes presenças de **Membros representantes:** 1. Secretário Adail Fontenele e suplente Filomeno Abreu (Habitafor); 2. João Evangelista (FAEC); 3. Francisco Fernando Martins (FLMD); 4. Laíssa Limeira (FMB); 5. Ivna Gandelha (UNI7); 6. Janayde de Castro e suplente Gérsica Goes (IPLANFOR); 7. Pedro da Rocha e suplente Camila Girão (SEUMA); 8. Rosângela de Albuquerque (SEPOG) e suplente; 9. Manuelito Cavalcante e suplente Fabiano Lima (SEINF); 10. Lúcio Flávio (SDE); 11. Luis Gurgel (CEF); e **Convidados:** Adriana Gerônimo (Mandata Nossa Cara), Amanda Maria Moreira Vale, Arimá Rocha, Emanuel Santos (comunicação Habitafor), Daniel Rodrigues (assessor técnico Habitafor), Denise Sobreira (PGM), Claudio Silva (EDHAL), Fabiola Torres (COMHAP), Fernanda Diógenes (PGM), Guilherme Barbosa (Mandata Nossa Cara), Manuela Teixeira, Mayara Justa (EFTA), Pedro Ricardo (PGM), Victória Barreto, Vitória Virna Girão Chaves.

O presidente da sessão inicia às 9:08, com quórum estabelecido, lembrando a pauta do dia e que cada conselheiro recebeu no dia da sessão ordinária anterior o teor da minuta do projeto de lei. Em seguida solicita que a secretária executiva inicie chamada para certificação de quórum. A secretária finaliza a chamada com a presença registrada dos membros representantes e repassa a palavra ao secretário executivo da Habitafor, Filomeno Abreu, para apresentação projeto de minuta de lei de Regularização Fundiária Urbana de Fortaleza. Filomeno se apresenta e explica a necessidade da lei em pauta para o fluxo de regularização fundiária na cidade de Fortaleza, informando que foram apresentadas sugestões de alteração da minuta pelas representações da Frente de Luta de Moradia Digna (FLMD), Fundação Marcos de Bruim (FMB), IPLANFor e SEPOG. Informa que só serão debatidos e postos em votação os itens em que houve destaque pelas representações que não foram consensuados, sendo as demais sugestões incorporadas à redação do texto. No decorrer dos debates dos destaques, Francisco informa que a FLMD fez uma reunião coletiva, com membros e assessorias tendo como resultado as sugestões dos artigos 1º ao 100 ao passo que a FMB ficou ao cargo dos artigos de 101 a 145, e que seguem defendendo suas propostas. Evangelista sugere que seja definido quais as áreas serão trabalhadas pela lei e afirma que conjuntos que foram entregues a pouco tempo são regularizados em detrimentos de outros mais antigos. Filomeno responde que a lei não traz nenhuma definição de área de ação e sugere que seja criado uma comissão para tratar da priorização de titulação, solicitando que os membros que se dispuserem comunique à secretaria do COMHAP, informando ainda que os empreendimentos da Habitafor que foram contratados com o Governo Federal têm a necessidade de finalização do contrato com a regularização fundiária sob risco de Tomada de Conta Especial que comprometa o município. Francisco (FLMD) e Evangelista (FAEC) se dispuseram como integrantes da comissão de priorização, pautando os conjuntos construídos pelo programa Pró-Moradia e as ZEIS. Adriana pede palavra para pontuar sobre o perfil socioeconômico das famílias ante um cenário de alto custo de vida, sugerindo que haja uma redação que garantam critérios escritos na lei, considerando a hipossuficiência de até 3 salários mínimos seja delimitada por núcleo familiar ou geracional,



# Fortaleza

PREFEITURA

## Desenvolvimento Habitacional

pra garantir que a coabitação seja levada em consideração. Mayara corroborou com a co-vereadora, sugerindo um aditamento ao parágrafo com o tema em questão, para contemplar o pleito. Filomeno e Pedro Ricardo refazem a redação com acordo das convidadas, consensuado o §7º do artigo 13. Francisco (FLMD) solicita que após os trabalhos, que seja enviado para os conselheiros o resultado da minuta. Filomeno informa que encaminhará o resultado da sessão aos representantes, mas que a redação final deve ser aprovada pelo Procurador Geral do Município. Evangelista relembrou a comissão de Conjuntos Habitacionais como ponto de partida para a comissão de priorização e acompanhamento de Regularização Fundiária Urbana (REURB). Evangelista inda novamente sobre a comissão dos conjuntos e Filomeno responde que esta não será matéria da lei, que o COMHAP que direcionará a prática de todos os conjuntos, através de resolução. Evangelista sugere que se mantenha a comissão anterior. Francisco (FLMD) sugere que seja pautado pelo COMHAP os dez projetos de lei das ZEIS prioritárias que estão paradas na Câmara Municipal, sem sequer relator, solicitando que os conselheiros sejam sensíveis a esta pauta. Rosângela indaga sobre a regularização de áreas não ocupadas, no processo de REURB, e Filomeno responde que só devem ser regularizados os imóveis que realmente detenham moradores. Adriana indaga sobre os prazos de envio para a câmara e Filomeno responde que após a revisão pelo Procurador Geral do Município, deve seguir, segundo o planejado, até o final de setembro de 2022. Ao final dos debates, o secretário executivo coloca em votação o trabalho de redação geral da minuta, sendo aprovado por unanimidade. Foram pautados, consensuados e votados sem questionamentos as propostas de redação dadas pelo debate nos artigos: 3º (§3º); 8º (§4º); 13 (§7º); 16 (§2º); 25 (§6º e 7º suprimidos); 29 (IV); 36 (§1º); 46 (XII); 52 (§6º suprimido); 64 (IV alterado, V suprimido); 67 (caput e §2º); 71 (§4º); 87 (caput e inclusão §2º); 94 (§3º e 4º); 138; e 144. Registra-se que foram pautados e aprovados com manifestações contrárias à redação dada pela sessão os artigos e respectivas representações votantes a desfavor: 11, FLMD e FMB; 89, FLMD; 90, FLMD; 101 (§4º), FLMD; 142 (§1º e 2º suprimidos), FLMD e FMB. Francisco (FLMD) pergunta quando se dará o início dos trabalhos da comissão de priorização do REURB, ao que Filomeno informa que não será colocado limite de participantes, que Francisco e Evangelista já estão na comissão e que outros conselheiros poderão aderir em outro momento, enviando manifestação à secretaria executiva do COMHAP, e que será agendado o início dos trabalhos em breve. Finaliza considerando que, como especialista com 20 anos de experiência, esta minuta ora aprovada se apresenta como uma das melhores leis, talvez a melhor, do país, com instância de participação local e municipal, atendendo a vários atores de regularização fundiária, em seguida passa a palavra ao presidente do COMHAP. Evangelista pede palavra para solicitar maior flexibilidade para atendimento do secretário às pessoas, facilitando o contato. Adail agradece a contribuição informando que pode ter havido algum problema e que vai tentar encontrar um momento para conversar com o conselheiro. Segue anunciando a segunda pauta, sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA), passando a palavra ao técnico Daniel Rodrigues para apresentação da proposta. Daniel relembra a lei 9132/2006 que estabelece a aprovação da LOA pelo COMHAP. Relembra o processo legal de planejamento orçamentário, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e LOA, apresentando em seguida o programa, as ações e metas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS). Conforme aprovado no PPA, foi garantida a priorização de intervenção em ZEIS, exceto na ação de Estudos e Projetos, tendo em vista que os Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) das ZEIS



# Fortaleza

PREFEITURA

## Desenvolvimento Habitacional

prioritárias já estão executados. Tendo em vista o anúncio do prefeito de uma meta de quarenta mil regularizações, alertou que será utilizado recurso oriundo de outro fundo que não o FMHIS, esclarecendo sobre os valores apresentados na proposta para LOA. O Presidente informa que os recursos da ordem de dezenove milhões de reais para o programa REURBFor anunciado serão oriundos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) e em seguida coloca em votação a proposta de LOA, sendo aprovada, sem manifestação contrária, o orçamento de trinta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais para o FMHIS em 2023. Adriana pede palavra para lamentar a diminuição do orçamento da política habitacional ante ao colapso que estamos vivendo, entendendo que os valores já foram recebidos pela Habitafor diminuídos e que mesmo que a responsabilidade não seja do secretário, nos últimos dez anos a secretaria não tenha executado 40% do orçamento, possibilitando à prefeitura diminuir os valores direcionados ao FMHIS. Segue lamentando que apesar de ter feito emenda orçamentária de quase um milhão de reais para locação social, a Habitafor não tenha utilizado o recurso. Evangelista concorda. O Presidente informa que a emenda infelizmente não era impositiva e que não ficou claro como deveria ser utilizado o recurso, que o recurso somente duraria poucos meses sem solução para o depois. Agradeceu a intenção da co-vereadora e se disponibilizou para discutir pessoalmente sobre o assunto. Segue informando que esses valores propostos não resumem tudo que está sendo planejado pela prefeitura, que outras ações habitacionais não dependerão desses recursos. Guilherme Barbosa indaga sobre a aprovação dos recursos de REURB no conselho gestor do FUNDURB ao que o presidente responde que já foram aprovados 10 milhões, trezentos e trinta e sete mil reais para melhorias habitacionais no planalto Ayrton Senna e no Bom Jardim, que regularização fundiária será debatido em outra reunião daquele conselho. Guilherme segue discursando sobre a estrutura da Habitafor, indagando se haverá reforço para execução do REURBFor ou convênio com o Governo do Estado. Filomeno informa que já está sendo discutido o reforço e o acréscimo de equipe da secretaria e que a linha mestra do programa é trabalhar com os movimentos sociais e suas assessorias, universidades e contratações, reafirmando que toda ajuda do parlamento será bem-vinda. O Presidente, em regime de votação, finaliza a aprovação das pautas, solicitando sequente encaminhamento dos trabalhos pela Habitafor e, não havendo mais nada a tratar, finaliza a sessão às 11:30 agradecendo a todos os participantes. Eu, Daniel Rodrigues, lavrei a ata por sua solicitação. Fortaleza, 21 de setembro de 2022.